



Mantega fala sobre controle da inflação

Ministro da Fazenda conversa hoje com senadores da CAE sobre rumos da economia e estratégia para conter alta de preços

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, comparece hoje à Comissão de Assuntos Econômicos e vai explicar qual a estratégia do governo para manter a inflação sob controle. No Plenário, senadores da oposição afirmaram que existe escalada de preços, mas governistas elogiaram medidas adotadas. **3 e 7**



Senadores e trabalhadores dividiram o Plenário ontem, na sessão especial

Gerardo Magel/Senado Federal

Da tribuna, trabalhadores reivindicam

A sessão especial que ontem celebrou a passagem do Dia do Trabalho foi marcada pela sucessão de pleitos e reivindicações apresenta-

dos pelos representantes dos trabalhadores: além de novos direitos, o cumprimento de outros já garantidos em lei. **5**

especial Cidadania



Cristine Rodon/PMPA

Obras de infraestrutura das prefeituras correm o risco de paralisação

Restos a pagar do governo já chegam a mais de três PACs

Os restos a pagar do Orçamento federal assumiram gigantescas proporções. Os R\$ 128,5 bilhões não pagos ao final de 2010 correspondem a três vezes

o que o governo pretende aplicar no PAC deste ano. A Comissão Mista de Orçamento discute com o governo uma forma de pagar fornecedores. **3 e 8**

Sarney prevê consenso para Código Florestal **2**



Ana Volp/Senado Federal

Senador Fernando Collor (C), entre os debatedores de ontem na CRE: premissa para que Brasil ocupe posição de destaque no cenário internacional

Inteligência é questão vital para o país

Participantes de debate realizado ontem à noite na CRE destacaram a necessidade de o Brasil formular e im-

plementar nova política de serviços de inteligência, essencial para uma posição de destaque no cenário mundial. **6**

Divisão sobre venda de inibidores de apetite **4**

Novo rito para MPs deve ser votado na CCJ amanhã **3**

Proposta de reforma administrativa na reta final **2**

Na quinta-feira, homenagem aos 185 anos do Senado **2**

Senador acredita que as questões polêmicas do projeto devem ser resolvidas na Câmara e chegar ao Senado acordadas entre partidos e sociedade

Sarney acredita em consenso para novo Código Florestal

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, disse acreditar em consenso em torno da proposta do novo Código Florestal, que atualmente está em análise na Câmara e será depois examinada pelos senadores.

De acordo com Sarney, os pontos polêmicos do projeto, como a redução do tamanho das áreas de preservação permanente (APPs) às margens dos rios e a ampliação da anistia a quem cometeu crimes ambientais até julho de 2008, devem ser resolvidos pelo Plenário da Câmara.

– Acredito que, quando che-

gar a oportunidade de o Senado decidir, já teremos uma questão acordada entre os partidos e a sociedade – disse.

Segundo a Agência Câmara, o Plenário da Casa poderá votar o projeto amanhã, em sessão extraordinária. O relator, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), está reformulando seu substitutivo para contemplar mudanças acertadas com ruralistas, ambientalistas e o governo.

Votações temáticas

Sarney também comentou a expectativa para o início das

semanas de votações temáticas e pediu o apoio da imprensa e dos presidentes das comissões.

– Não é só um esforço do presidente. Quero pedir que vocês da imprensa apoiem isso e os presidentes da comissão se mobilizem para que realmente os projetos temáticos sejam votados – disse.

A votação de matérias por temas começará pela Saúde.

– Como o problema de saúde é o mais importante que hoje sente o brasileiro, acho que nós devemos fazer aquilo que esteja ao nosso alcance para ajudar.

Sessão comemora 185 anos do Senado na quinta

Os 185 anos de instalação do Senado serão celebrados no horário do expediente da sessão deliberativa de quinta-feira, que começa às 14h. O requerimento solicitando o evento é do presidente da Casa, José Sarney, com apoio de outros senadores.

Criado com a primeira Constituição do Império, outorgada em 1824, o Senado reuniu-se pela primeira vez no dia 6 de maio de 1826. Foi inspirado, originalmente, na Câmara dos

Lordes da Grã-Bretanha, mas, com a Proclamação da República, no dia 15 de novembro de 1889, o Senado brasileiro adotou um modelo semelhante ao norte-americano.

Representante dos estados no Congresso Nacional, o Senado tem 81 membros, eleitos para mandatos de oito anos. As eleições são realizadas junto com a escolha do presidente da República, dos governadores, deputados federais, estaduais e distritais.

Todas as 27 unidades da Federação (26 estados e o Distrito Federal) têm a mesma representatividade – três senadores cada. O Senado tem funções legislativas de caráter mais geral, que são compartilhadas com a Câmara dos Deputados, além de outras atribuições de sua exclusiva competência.

Uma delas é justamente processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o presidente, o vice e os ministros.

Palestras abordam atuações da SERH e da Consultoria

A Diretoria-Geral realizou ontem mais um encontro do ciclo de palestras “Conhecendo o Senado”. As apresentações foram feitas pelos diretores da Consultoria Legislativa, Bruno Dantas, e da Secretaria de Recursos Humanos (SERH), Dilson do Carmo Ferreira. Eles falaram sobre a estrutura e o funcionamento dessas áreas, e sobre os serviços oferecidos aos senadores.

O ciclo de palestras é destinado aos servidores, comissionados e terceirizados das diferentes áreas da Casa, e tem como objetivo aprimorar os trabalhos legislativos necessários para o desempenho das atividades parlamentares.

Ao abrir o encontro, a diretora geral Doris Marize Romariz Peixoto comentou a importância dos serviços prestados pela Casa.

– É importante ressaltarmos o que temos de bom. E uma dessas coisas boas é a excelência dos serviços prestados no assessoramento dos parlamentares – afirmou ela.



Doris Peixoto abriu evento no qual Dilson Ferreira foi palestrante



Secretária-geral, Claudia Lyra, e os senadores Eduardo Suplicy e Ricardo Ferraço

Sai em duas semanas relatório da reforma administrativa

A Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa deve votar o seu relatório dentro de duas semanas. O anúncio foi feito ontem durante audiência pública que ouviu a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra. A apresentação do relatório está marcada para o dia 17, às 17h.

O relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que o parecer deve incorporar grande parte do que foi sugerido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela subcomissão que analisou o projeto em 2010. O relator anterior foi o então senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Segundo o presidente da subcomissão, Eduardo Suplicy (PT-SP), já há elementos suficientes para a elaboração do relatório. Ele ressaltou, porém, que outros setores poderão ser ouvidos por iniciativa do relator.

Agilidade

Claudia Lyra afirmou que a reforma administrativa deve levar em conta a economia, mas sem prejudicar o trabalho.

– Tem que fazer economia, mas temos que pensar muito na agilidade do trabalho e na presença. Tem que ter um meio do caminho: fazer economia sim,

mas de forma que não prejudique essas responsabilidades.

Sobre o estudo da FGV, Claudia afirmou que, no que diz respeito à área administrativa, muitas das alterações sugeridas são válidas, mas na área de administração legislativa, há necessidade de adequações.

– A estrutura que a fundação propôs e que o senador Tasso, imagino, tenha encampado, tem uma forma que não é compatível com os processos de trabalho legislativo.

Apesar de reconhecer a falta de pessoal na Secretaria-Geral, Claudia considera importante que haja servidores efetivos nos gabinetes, já que conhecem o funcionamento da Casa e podem facilitar o trâmite de documentos e contatos no Senado.

A diretora-geral, Doris Peixoto, disse que a reforma passa por uma informatização de procedimentos. Para ela, a realização de estudos na área pode fazer com que seja necessário um número menor de servidores.

Durante a audiência, Ricardo Ferraço solicitou à Diretoria-Geral informação sobre o número de servidores da área de processo legislativo em desvio de função.

Para senador, Osama foi vítima de sua própria violência

O senador José Sarney (PMDB-AP) disse ontem que Osama bin Laden – morto na madrugada de ontem em uma operação no interior do Paquistão, segundo informou o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama – foi vítima de sua própria violência.

– O fim que ele perseguiu em vida era de realmente chegar a essa morte, uma vez que um homem que fez tanto mal para a Humanidade, que dedicou a sua vida ao terror, que matou tantos inocentes, que teve

uma vida toda ela destinada à violência, foi vítima da própria violência – disse.

Para Sarney, a morte do líder da rede terrorista Al-Qaeda e responsável pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos EUA, não deverá provocar uma onda de retaliações pelo mundo.

– Eles [a Al-Qaeda] estão muito debilitados. As nações aliadas que se colocaram contra o terror têm feito um trabalho de desmontagem dessa rede mundial de terrorismo – afirmou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Medida provisória tranca a pauta

14h A sessão é deliberativa. A pauta está trancada pela MP 513/10 (PLV 9/11) que permitiu à União subsidiar com juros menores empréstimos do BNDES para empresas e produtores de cidades atingidas por desastres naturais.

Presidência Sessão conjunta do Congresso

11h30 José Sarney recebe o ministro de Desenvolvimento Sustentável da República do Congo, Henri Djombo. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão do Senado e às 19h, sessão do Congresso Nacional, no Plenário da Câmara.

CDH Violência contra jornalistas

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouve a ministra da Secretaria da Comunicação Social, Helena Chagas, e outros convidados sobre a violência contra os jornalistas

CMA Debate com presidente do TCU

9h Audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o aprimoramento dos instrumentos de fiscalização e controle. Senadores ouvem o presidente do TCU, Benjamin Zymler.

Saúde Agenda deve ser decidida hoje

9h A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da CAS, reúne-se para apresentação e discussão de seu plano de trabalho.

Amazônia Proposta de atuação para 2011-2012

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à CRE, reúne-se para apreciação da proposta de plano de trabalho para o biênio 2011-2012.

CAE Mantega fala sobre situação econômica

10h Audiência pública deve ouvir o ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre o atual quadro econômico e sobre a atuação do governo federal na empresa Vale.

CE Frequência mínima na educação básica

11h Projeto que aumenta a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica está na pauta de votação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Clima Comissão prepara ciclo de audiências

14h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas examina a realização de ciclo de audiências públicas sobre diversos temas.

Subcomissão Reforma Tributária

14h30 A Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, vinculada a CAE, ouve o economista José Roberto Afonso sobre as realizações da Subcomissão Temporária da Reforma Tributária em 2007 e 2008.

Mercosul Representação do Brasil no Parlasul

19h O Congresso examina projeto sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, no Plenário da Câmara.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Ministro da Fazenda foi convidado para falar também a comissão sobre "noticiada interferência política do governo federal na empresa Vale"

Inflação e juro devem dominar debate com Mantega

Mais quatro ministros vêm ao Senado

Além de Guido Mantega, outros quatro ministros do governo de Dilma Rousseff comparecem ao Senado nesta semana: Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia; Alfredo Nascimento, dos Transportes; Alexandre Padilha, da Saúde; e Helena Chagas, da Comunicação Social da Presidência da República. Helena Chagas fala hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre a violência contra jornalistas (*leia na página 4*).

Alfredo Nascimento abre amanhã o ciclo de debates promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) que vai tratar dos entraves ao desenvolvimento regional no país. Conforme requerimento das senadoras Ana Amélia (PP-RS), Lídice da Mata (PSB-BA) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), serão analisadas nesse primeiro painel as ações do governo para melhorar a eficiência da logística disponível no país.

Mercadante apresentará seu plano de ação à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Alexandre Padilha falará à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre as diretrizes e programas do Ministério da Saúde. As duas reuniões serão amanhã, às 9h.



Mercadante vai levar à comissão plano de ação de ministério

O BRASIL PODERÁ ter um período prolongado de alta da taxa de juros para fazer a inflação voltar ao centro da meta? Esse deverá ser um dos temas no debate de hoje, a partir das 10h, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Mantega foi convidado para falar também sobre a "noticiada interferência política do governo federal na empresa Vale". A audiência atende a requerimentos apresentados pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO) e Alvaro Dias (PSDB-PR). Desde setembro, a inflação sobe a cada mês, mas o governo mantém a meta anual em 4,5% diante da aposta do mercado em um índice anualizado de 6,3%. Se o mercado estiver certo, a inflação corre o risco de bater no teto da meta inflacionária, fixado em 6,5% por resolução do Banco Central.

Do lado do governo, a aposta para segurar a inflação no centro da meta – 4,5% – se baseia no conjunto de medidas anti-inflacionárias adotadas no último quadrimestre, como a contenção

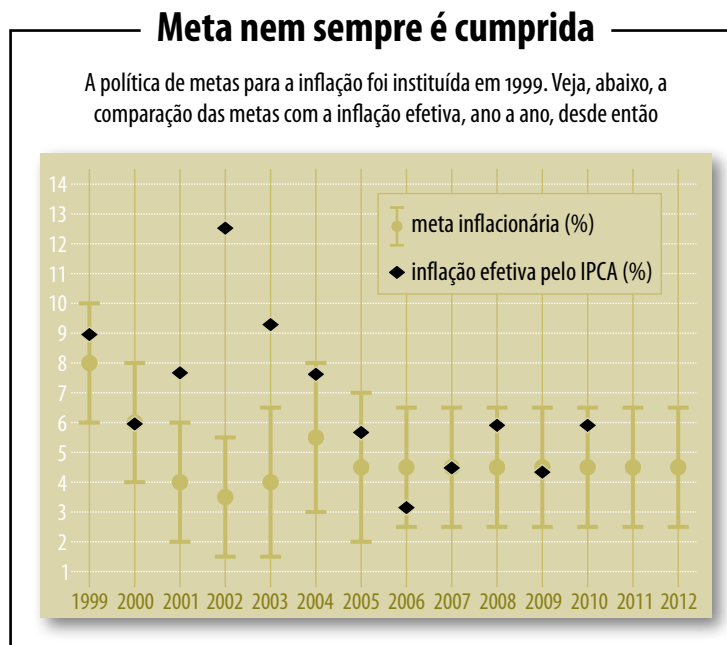


Mantega comparece hoje a audiência na CAE

do crédito.

Ciente de que há "defasagens no mecanismo de transmissão" desse esforço para a atividade econômica e os preços, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC adotou uma postura cautelosa. Da leitura da ata da última reunião do Copom, em 19 e 20 de abril, surgem dois fatos: as "incertezas quanto ao grau de persistência das pressões inflacionárias recentes" e a necessidade de "uma reavaliação da estratégia de política monetária" em um cenário mais claro no futuro.

O fato levou o Copom a fixar



12% a taxa básica de juros da economia, que antes estava em 11,75%. Foi a terceira alta consecutiva decidida pelo Copom. A taxa Selic já havia sido ajustada para cima em janeiro e março deste ano.

Campeão

A decisão não foi unânime: dois integrantes do Copom queriam um aumento maior, de 0,5 ponto percentual, o que elevaria a taxa para 12,25%. O argumento deles leva em conta a necessidade

de "mitigar riscos" de que pressões inflacionárias recentes se transmitam para o futuro.

Com a taxa básica em 12%, o Brasil se torna campeão isolado nos juros altos. A Turquia, que já havia ocupado o posto, fica em um distante segundo lugar. A política de juros altos é apontada por seus críticos como a causa de um efeito colateral perverso na economia: a entrada de dólares especulativos, provocando a valorização do real, com prejuízos às exportações.

Sarney cobra pressa da CCJ no exame de projetos

O presidente do Senado, José Sarney, cobrou pressa na aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que altera o rito de tramitação das medidas provisórias. A PEC 11/11 aguarda votação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em entrevista ontem, Sarney também disse esperar que os projetos da Comissão de Reforma Política tramitem mais rápido.

– Eu vou pedir ao presidente da CCJ, uma vez mais, que ele não vacile na determinação de imediatamente nós decidirmos sobre todos esses assuntos. Basta ver que a emenda das medidas provisórias está demorando demais. Até hoje, ela não saiu da Comissão de Constituição e Justiça e assim não se pode realmente alcançar os objetivos nem reclamar do que ocorre com as medidas provisórias – afirmou.



Reforma política também exige rapidez, diz senador

Trâmite de MPs deve ser votado amanhã

A mudança no procedimento de apreciação de medidas provisórias pelo Congresso Nacional deve ser votada amanhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11 é de autoria de José Sarney (PMDB-AP) e tem como relator Aécio Neves (PSDB-MG), que apresentou substitutivo com alterações significativas ao projeto.

Enquanto a PEC de Sarney visa garantir que o Senado tenha tempo para analisar as medidas provisórias, o que não vem acontecendo, o substitutivo de Aécio vai além, propondo que as MPs passem a ter força de lei somente depois da aprovação de sua admissibilidade por uma comissão mista ou pelo Plenário do Congresso Nacional.

Atualmente, a Constituição estabelece que as medidas provisórias entram em vigor assim que publicadas pelo Executivo. Em seu parecer, Aécio assinala que as mudanças propostas amadurecem a relação entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional. A base governista não aceita as mudanças de Aécio. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou que pode ser apresentada uma proposta "intermediária".

CI vota indicação de Pedro Brito para diretor da Antaq

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) analisa na próxima quinta-feira a indicação presidencial do economista Pedro Brito do Nascimento para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Pedro Brito foi ministro da Secretaria Nacional dos Portos da Presidência da República, de sua criação, em 2007, até o final do governo Lula. Atuou como professor de Economia na Universidade de Fortaleza e na Universidade Estadual do Ceará. Foi superintendente-geral da Bolsa de Valores Regional do Ceará e secretário da Fazenda do governo estadual.

A CI vota na mesma reunião dois requerimentos para audiências públicas. Uma sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e a outra para tratar de denúncias de irregularidades nas obras de duplicação da rodovia BR-101.

CMO poderá negociar com a Caixa os restos a pagar

Os pagamentos do governo a fornecedores de bens e serviços já executados devem ser discutidos com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Luiz Sérgio de Oliveira, em audiência na próxima semana, segundo o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

São pendências inscritas em restos a pagar processados não tratadas no Decreto 7.468/11,

publicado na sexta-feira, que estão prejudicando os municípios menores (*ver Especial Cidadania, página 8*). Ao dar prazo até 30 de junho para o início de obras com recursos inscritos em restos a pagar não processados de 2009, o decreto atendeu apenas parcialmente o pleito de parlamentares, disse o presidente da CMO. Os recursos empenhados nos exercícios financeiros de 2007 e 2008 só serão reconhe-

dos caso a obra tenha começado ou o serviço sido entregue até 30 de abril. "O governo preservou apenas um terço, cerca de R\$ 5 bilhões, dos restos a pagar dos três exercícios", avaliou.

Vital do Rêgo vai propor audiência na CMO para saber do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, o que o banco pode fazer para agilizar a liberação de recursos pendentes. Outra possibilidade, defendida

por Inácio Arruda (PCdoB-CE), é o repasse para estados e municípios diretamente da União.

A médio prazo, o relator da LDO, deputado Márcio Reinaldo (PP-MG), propõe a criação de reserva orçamentária especificamente para o pagamento das despesas pendentes do exercício anterior. E a longo prazo, discute-se a extinção, no processo orçamentário, do mecanismo de restos a pagar.



Vital do Rêgo afirma que vai propor audiência com presidente do banco

Segundo a Anvisa, o Brasil é o terceiro maior consumidor mundial de inibidores de apetite à base de anfetamina, produtos que já estão proibidos na Europa há 40 anos

Proibição de inibidores de apetite ainda gera polêmica

A POSSÍVEL RETIRADA de alguns inibidores de apetite do mercado brasileiro continua a provocar polêmica. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) defende a proibição da venda dos medicamentos à base de anfepramona, femproporex e mazindol (que são anorexígenos anfetamínicos) ou à base de sibutramina. Mas não conta com o apoio de todos os médicos. Essa controvérsia se repetiu na audiência pública promovida ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O diretor-presidente em exercício da Anvisa, Dirceu Barbano, lembrou que a proposta de retirada está baseada em avaliação técnica da agência. E observou que tais medicamentos foram banidos ou tiveram seu uso restrito em diversos países.

– Na Europa, os produtos anfetamínicos não existem desde a década de 1970. E agora a subtramina foi retirada do mercado norte-americano pela própria Abbott – ressaltou, referindo-se ao fabricante do remédio.



Ao lado de Paulo Paim, Dirceu Barbano defende proibição de anfetamínicos

Essa empresa decidiu retirar seu medicamento à base de sibutramina após realizar um estudo de seis anos envolvendo cerca de 10 mil pacientes e concluir que apenas 30% das pessoas tratadas perderam pelo menos 5% do peso após três meses.

Interesses comerciais

Crítico do uso dessas substâncias, o médico sanitário José Ruben Bonfim, representante

do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e coordenador-executivo da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos (Sobravime), afirmou que o Brasil “não pode ser o último país do mundo a bani-los”. Segundo ele, uma das principais razões para “a defesa aguerrida” dos anfetamínicos e da subtramina são os interesses da indústria que os fabrica no país.

Endocrinologista contesta posição da Anvisa

Em vez da proibição à venda de alguns inibidores de apetite, a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM) defende reforço na fiscalização para coibir a prescrição incorreta, abusiva e antiética dessa medicação. De acordo com a representante da entidade, Rosana Bento Radominski, o uso de medicamento pode ser inevitável quando a mudança de estilo de vida do paciente, com a introdução de reeducação alimentar e a prática de atividades físicas, é insuficiente para combater o sobrepeso ou a obesidade.

Rosana Radominski questiona o fato de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)



Para Rosana Radominski, é necessário contrabalançar riscos e benefícios

se amparar num estudo com alegado alcance restrito para propor a retirada desses medicamentos. Para ela, não é

razoável extrapolar resultados obtidos em uma população de cardiopatas para pacientes sem doença cardiovascular.

Já a Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC) não fechou posição sobre a recomendação da Anvisa. Seu representante na audiência pública ponderou que, sempre que a eficácia de uma medicação gera dúvidas, é preciso ter cautela na orientação sobre seu uso. O cardiologista Geniberto Paiva Campos observou que a prescrição de inibidores de apetite se torna polêmica pelos efeitos adversos – notadamente problemas cardiovasculares – associados ao seu uso.

CMA discute com presidente do TCU melhoras na fiscalização

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) realiza hoje audiência, às 9h, para debater formas de aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e controle. Está prevista a participação do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Benjamin Zymler.

A CMA também vai debater o projeto (PLS 490/09) que prevê a criação do Centro de Prevenção de Desastres Climáticos (CPDC). O órgão atuará de forma integrada com estados e municípios, para prever e alertar no caso de possibilidade de catástrofes climáticas. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) é o relator.

Outro item previsto é o projeto (PLC 35/09) que obriga fornecedores de produtos cul-



Jayme Campos relata projeto de venda de meia-entrada pela internet

turais a permitirem a compra de meia-entrada pela internet. O projeto, relatado por Jayme Campos (DEM-MT), prevê que a comprovação da situação de beneficiário deve ocorrer apenas no momento do ingresso ao evento.

CE pode votar aumento da carga horária escolar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne hoje, às 11h, para debater, entre outros itens, o projeto que aumenta a carga horária escolar mínima nos níveis fundamental e médio. A proposta (PLS 388/07) é relatada pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

A comissão também vota em turno suplementar o texto substitutivo do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), ao PLS 385/07, que aumenta de 75% para 80% a frequência mínima exigida para aprovação na educação básica.

Outro projeto a ser debatido é o PLS 196/10, que prevê o ensino e o canto do Hino Nacional em estabelecimentos de ensino. O senador Pedro Taques (PDT-MT) é o relator do texto.

CDH ouve ministra sobre violência contra jornalistas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizará audiência pública hoje, às 9h, para discutir a violência contra jornalistas. O senador Paulo Paim (PT-RS), que preside a comissão, ressaltou, ao fazer a sugestão, a necessidade de defender a liberdade de imprensa.

A ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, é uma das debatedoras convidadas, ao lado, entre outros, do repórter fotográfico Victor Antônio Soares Filho. No dia 30 de março, durante diligência da Polícia Federal no edifício Barão de Mauá, no Setor de Indústrias Gráficas de Brasília, ele foi espancado e

ameaçado de morte por Afonso Luciano Gomes Amâncio e seu filho, de mesmo nome, que estão sendo investigados pela Polícia Federal, segundo o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, Lincoln Macário, que também participará do debate.

Foram convidados ainda o jornalista da Empresa Brasileira de Comunicação Corban Costa, preso em fevereiro pela forças do ex-ditador egípcio Hosni Mubarak; o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Schröder; e os presidentes do Sindicato de Jornalistas do Rio de Janeiro, Suzana Blass; e de São Paulo, José Augusto de Oliveira Camargo.



Memorial dos Repórteres, em Bayeux, França: mortos no exercício da profissão

Entidade registra mais de 2 mil mortes em todo o mundo

Segundo a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), foram registrados 55 casos de violência no Brasil em 2009, sendo dois assassinatos, ambos em Pernambuco. Do total, 40% são agressões físicas e verbais; 27%, censura e processos; e 15%, ameaças.

A federação registrou ainda detenção e tortura (5%); atentados (5%); e violência contra sindicalistas (4%). De acordo com o estudo, agentes do Estado são responsáveis pela maioria dos casos de agressões a jornalistas.

Em 2010, foram contabilizadas 94 mortes de jornalistas por atos violentos em todo o mundo durante o exercício da profissão – 45 a menos do que em 2009 –, conforme relatório divulgado pela Federação Internacional de Jornalistas (FIJ).

A entidade registrou em 20 anos (1990-2010) a morte de um total de 2.271 profissionais de imprensa no exercício da atividade profissional. O Paquistão ficou com o pior índice de segurança, com 16 mortes, seguido do México e de Honduras, com dez cada um.

Jornalista morreu investigando o narcotráfico

Nos últimos anos, o caso mais famoso de um jornalista assassinado no Brasil foi o de Tim Lopes, que trabalhava na Rede Globo. Ele foi capturado por traficantes em junho de 2002 na favela Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro. Levava uma microcâmera escondida para gravar imagens de um baile funk promovido por criminosos.

A morte teria sido represália a uma reportagem, um ano antes, sobre venda de drogas no morro. Por causa da matéria, vários traficantes teriam sido presos.

A emissora deu grande destaque ao assassinato, o que pressionou a polícia do Rio a investigar seriamente o caso. Em



Tim Lopes foi assassinado em 2002 por traficantes do Rio de Janeiro

poucos meses, foram presos os criminosos, liderados por Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco. Três deles foram mortos em confronto com a polícia. Sete criminosos foram condenados em júri popular, a maioria a 23 anos e meio de cadeia. Elias Maluco recebeu pena de 28 anos e seis meses.

Pleitos marcam homenagem aos trabalhadores



Líder sindical (de vermelho) na tribuna: sessão dominada por pedidos de leis mais justas e cumprimento das normas atuais

Paim destaca prevenção de acidentes

Ao abrir a sessão especial para celebrar o Dia do Trabalho, comemorado em 1º de maio, o senador Paulo Paim (PT-RS) reconheceu melhorias, como o aumento da renda dos trabalhadores, mas apontou desafios que o país tem de enfrentar, principalmente o grande número de acidentes.

Segundo Paim, entre 2007 e 2009, aconteceram mais de 2 milhões de acidentes de trabalho no Brasil, que resultaram na morte de mais de 8 mil trabalhadores e deixaram 35,5 mil permanentemente incapacitados. Ele observou que, em 2009, os acidentes e doenças do trabalho custaram R\$ 50,8 bilhões – 1,8% do produto interno bruto (PIB).

Paim ressaltou a disparidade na remuneração observada nas diversas regiões do país e a desigualdade dos salários pagos aos brancos e negros e aos homens e mulheres. Ele citou a última pesquisa mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que demonstra o recebimento pelas mulheres de 27,7% menos que os homens para exercer a mesma função. O combate ao trabalho escravo e ao infantil também foi destacado.

– Esses dados são alarmantes e exigem um firme e contínuo empenho da classe política e de toda a sociedade para que essa realidade possa ser revertida – disse.

Paim lembrou que foi a luta dos trabalhadores, na Assembleia Nacional Constituinte, que levou à redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais. Atualmente, destacou, a luta é pela adoção de 40 horas.

Para o senador, os trabalhadores devem ir às ruas para que suas demandas sejam apoiadas pela sociedade.

– Toda vez que avançamos aqui foi quando os tambores foram batidos nas ruas. Esse país não é tocado sem os trabalhadores – enfatizou o parlamentar.

Ângela Portela comemora conquistas dos últimos anos

Os avanços e as conquistas dos trabalhadores brasileiros nos últimos anos foram comemorados pela senadora Ângela Portela (PT-RR). A parlamentar afirmou que a evolução do mercado de trabalho pode ser comprovada pelos números da economia.

Melhorias na renda e na qualidade de vida do trabalhador, no acesso ao crédito, aos bens de consumo e à casa própria, e ainda o reconhecimento de direitos, bem como os investimentos do poder público na qualificação profissional foram mencionados por ela.

– Em muitos setores, já se verifica o chamado pleno emprego – disse, citando o índice de desemprego medido pelo IBGE, em torno de 6%.



“Em muitos setores, já se verifica o pleno emprego”, diz a senadora

A senadora lembrou a necessidade de melhorar as condições dos trabalhadores com deficiência física, das empregadas domésticas, dos trabalhadores rurais e das donas de casa.



Suplicy destaca encontro “África Brasil”, realizado em São Paulo

Suplicy diz que África admira trabalhador do Brasil

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que, no Dia do Trabalho, em São Paulo, participou de dois atos: o das centrais sindicais e o da Central Única dos Trabalhadores (CUT), onde houve o encontro “África Brasil”.

– Ali os trabalhadores resolveram homenagear as lutas dos povos da África também pelos direitos à cidadania, pela sua libertação – disse.

Segundo o senador, os tra-

O Senado celebrou ontem o Dia Internacional do Trabalho, comemorado no domingo, 1º de maio, com discursos focados na pressão sofrida pelos trabalhadores e nas condições de trabalho por eles vivenciadas. Representantes de entidades sindicais foram à tribuna pedir leis mais justas e o cumprimento das normas já existentes. Autor do requerimento de homenagem, Paulo Paim (PT-RS) destacou melhorias alcançadas nos últimos anos, mas lembrou desafios que o país tem de enfrentar. Ângela Portela (PT-RR) e Wilson Santiago (PMDB-PB) citaram avanços e demandas que ainda não foram atendidas. Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a adoção do programa de renda mínima. E o líder da oposição, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que, mais que homenagens, os trabalhadores deveriam receber um pedido de desculpas.

Wilson Santiago quer qualificar jovem para mercado de trabalho

A necessidade de qualificar o jovem desempregado para o mercado de trabalho, bem como de melhorar as condições de vida dos que já estão empregados, foi ressaltada ontem por Wilson Santiago (PMDB-PB). O senador foi um dos participantes da sessão solene em homenagem ao Dia do Trabalho, comemorado em 1º de maio.

Wilson Santiago aproveitou para salientar os avanços sociais alcançados nos últimos anos, que contribuiriam para melhorar, segundo ele, a vida de todos os trabalhadores.

– Temos que destacar e comemorar o ganho real que o salário mínimo obteve no decorrer do governo Lula e que a presidente Dilma Rousseff manterá com políticas incentivadoras, a exemplo do recém-lançado Programa Nacional de Acesso



Senador comemora o ganho real do salário mínimo no governo Lula

ao Ensino Técnico e ao Emprego – afirmou.

Segundo ele, o programa atenderá tanto aos trabalhadores já inseridos no mercado de trabalho quanto aos jovens que necessitam de uma oportunidade de emprego.

renda básica de cidadania. A lei que instituiu a Renda Mínima (Lei 10.835/04) – de autoria de Suplicy – determina a implantação do benefício em etapas, a serem definidas pelo Poder Executivo. Terão prioridade no recebimento da renda, de acordo com a lei, as pessoas mais necessitadas. Está prevista ainda a ampliação gradativa até que o seu pagamento se torne universal e incondicional.

Alvaro se desculpa por não atender a solicitações justas

“Muito mais que homenagear os trabalhadores, devemos pedir desculpas a eles por nossa incapacidade em atender a seus justos reclamos”, disse Alvaro Dias (PSDB-PR). O salário mínimo teve este ano o menor reajuste dos últimos 18 anos, afirmou.

– Tentamos aprovar reajuste automático no valor das aposentadorias e a justificativa foi igual: não há recursos. Mas quantas medidas provisórias aprovamos para o BNDES emprestar a empresas, a juros subsidiados? Quantas aprovamos liberando recursos para construção de estádios, favorecendo empreiteiras? – questionou.



“Não aprovamos o reajuste automático das aposentadorias”, lamenta Alvaro

Alvaro também contestou a alegação de que a Previdência Social é deficitária. “No entanto, recursos são desviados”, afirmou. O senador manifestou ainda preocupação com o aumento da inflação, “que já ameaça corroer o salário do trabalhador”.

Sindicalistas pedem mais unidade de ação das centrais

Líderes sindicais presentes à sessão de ontem fizeram apelos por unidade de ação entre as centrais sindicais, por maior engajamento das bases e pela defesa de projetos que beneficiem trabalhadores e aposentados.

José Augusto da Silva Filho, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, pediu a aprovação de proposta que regulamenta a profissão dos comerciários. O diretor da Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal Francisco Saraiva disse que o patrocínio de campanhas eleitorais por empresários permite que eles tenham seus interesses atendidos pelo Legislativo ou



José Augusto Filho quer ver a profissão de comerciante regulamentada em lei

pelo Executivo, em detrimento dos trabalhadores. Atenágoras Lopes, da Conlutas, disse que as greves no país vêm revelando as péssimas condições de trabalho em empreendimentos financiados pelo governo e a “truculência” da classe empresarial.

Conclusão é dos convidados para debate organizado pela CRE sobre a importância de tal estratégia para a diplomacia e as Forças Armadas do país

Brasil precisa de novo serviço de inteligência

O CRESCENTE PESO do Brasil no cenário internacional exige uma reestruturação de seus serviços de inteligência, inclusive no que diz respeito ao acompanhamento de fatos e tendências que ocorram fora do país. O alerta foi feito ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), por especialistas que participaram do painel "A importância da atividade de inteligência para o Brasil, sua diplomacia e suas Forças Armadas: causas de seu fracasso em prever movimentos populares no mundo árabe".

O presidente do Capítulo Brasil da Associação Internacional de Analistas de Inteligência de Segurança Pública, Denilson Feitoza, lembrou que o Brasil possui uma das maiores reservas de água doce no mundo e que, até 2050, 45% da população mundial terá menos água do que o necessário para viver. Ele questionou até quando o mundo vai aceitar que o Brasil



Fernando Collor (E) ouve o argentino Ugarte: não há país importante que não desenvolva inteligência fora do seu território

permita a contaminação de seus mananciais.

– Acabamos de ver uma operação encoberta dos Estados Unidos no Paquistão para matar Osama bin Laden. Este é um recado profundo. No mundo realista, se chegar o momento de se atuar no Brasil, isso será feito – advertiu Feitoza.

Se os serviços de inteligência

brasileiros não foram capazes de antecipar as tendências políticas no Oriente Médio, nenhum outro serviço de inteligência da América Latina poderia fazê-lo, advertiu o professor da Universidade de Buenos Aires José Manuel Ugarte.

– Praticamente não há país que ocupe um lugar importante que não desenvolva capacidade

de inteligência no exterior – afirmou Ugarte.

O professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Minas Gerais Eugênio Diniz lembrou que a insatisfação social no Oriente Médio já havia sido detectada. Ele recordou, porém, que as mudanças, quando ocorrem, são muito aceleradas.

– Mesmo nos melhores casos,

existe uma limitação. A informação obtida é, ela mesma, cheia de incertezas. É possível antecipar algumas possibilidades de resposta, mas antecipar quando algo vai ocorrer não é possível, na imensa maioria dos casos.

Na opinião do consultor legislativo do Senado Joanival Gonçalves, falta ao país uma cultura na área de inteligência. Ele defendeu o controle externo e uma nova regulamentação legal dos serviços de inteligência.

Ao comentar a sua decisão de extinguir o então Serviço Nacional de Informações (SNI), quando era presidente da República, o senador Fernando Collor (PTB-AL), presidente da comissão, destacou que nada tinha contra os profissionais, mas sim contra a forma distorcida como o serviço era feito.

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu que os serviços de inteligência brasileiros dediquem-se à defesa da atividade econômica do país.

Viana vê Brasil como referência em desenvolvimento sustentável



Jorge Viana

Ao comentar sua participação na mesa redonda Rio+20: os novos desafios do desenvolvimento sustentável, o senador Jorge Viana (PT-AC) avaliou que o Brasil é uma referência no cenário ambientalista mundial, por ser um dos poucos países que conseguiu conciliar crescimento com desenvolvimento sustentável. Para ele, nesse aspecto, o mundo "ainda não começou o século 21".

O ex-governador do Acre afirmou que o Brasil é hoje motivo de inveja para muitos países, por reunir uma democracia consolidada e crescimento com desenvolvimento.

Requião quer Congresso nas discussões de comércio exterior



Roberto Requião

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou uma proposta de emenda à Constituição para que o Congresso Nacional participe das negociações de acordos internacionais de comércio. Ele também criticou a demora na análise a aprovação de tais documentos pelo Parlamento.

– A emenda prevê a participação do Congresso nas negociações dos acordos do início até a adoção final

do texto a ser assinado e fixa prazo de 30 dias para a emissão de relatório autorizando a firmação de tais atos – explicou Requião, para quem a mudança pode ser uma via rápida para a aprovação dos tratados.

Mozarildo pede a ministro que combata corrupção na saúde



Mozarildo Cavalcanti

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ontem para que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, promova um "saneamento" no Sistema Único de Saúde (SUS), de modo a evitar o desvio de recursos públicos e fazer com que as verbas sejam de fato destinadas à população.

– Que [o ministro] dê realmente prioridade ao saneamento da saúde, trate a saúde das mazelas que ela

tem, que são sobretudo a corrupção, as mazelas da politização medíocre – disse Mozarildo, que citou auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) apontando desvio de R\$ 500 milhões na Funasa nos últimos cinco anos.

Vital do Rêgo celebra criação da Secretaria Nacional de Irrigação

Vital do Rêgo (PMDB-PB) comemorou ontem a criação da Secretaria Nacional de Irrigação (Senir) do Ministério da Integração Nacional, iniciativa "das mais auspiciosas e significativas" para os interesses dos estados do Nordeste, em particular a Paraíba.

Ele disse que a Senir terá como um de seus objetivos centrais a ampliação da área irrigada no território nacional, que ainda é pequena quando comparada ao total da área produtiva brasileira.

– Servirá para auxiliar o Brasil na elevação do aproveitamento de seu potencial hídrico – elogiou o senador.

Santiago cobra investimentos em produção de biodiesel

Wilson Santiago (PMDB-PB) enalteceu ontem o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e pediu que a Petrobras faça investimentos na Paraíba. Ele disse que o programa tem se revelado uma alternativa de comprovada eficácia para suprir o mercado energético e para fomentar o desenvolvimento regional com inclusão social.

– A produção de biocombustíveis, que incluem também o etanol, além de ter um impacto ambiental positivo, gera emprego e renda no campo. O programa atende também ao compromisso de promover o desenvolvimento regional.

Paim destaca três eixos de atuação do movimento sindical

Paulo Paim (PT-RS) destacou em discurso ontem os três eixos de atuação do movimento sindical: a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário e a criação de uma política de reajuste dos aposentados e pensionistas que garanta crescimento real.

Autor da proposta de emenda constitucional que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, Paim ressaltou que as reivindicações do movimento sindical foram reiteradas em sessão solene realizada ontem de manhã, em Plenário (veja cobertura na página 5).

Primeira juíza negra do país defende renda básica, diz Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem carta que a juíza baiana Luislinda Dias Valois dos Santos enviou à presidente Dilma Rousseff para defender a implantação da chamada renda básica de cidadania.

Primeira mulher negra a tornar-se juíza no Brasil, em 1984, Luislinda dos Santos afirma no documento que o programa Bolsa Família trouxe grandes benefícios para o país, mas na carta ela defende a renda básica de cidadania como um dos instrumentos que poderão acabar definitivamente com a miséria no Brasil, promessa de campanha da presidente da República.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e

Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Wilson Santiago • Eduardo Suplicy • Ricardo Ferraço • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Para Rollemberg, Centro-Oeste pode conciliar crescimento com proteção

Rollemberg vê vantagens na volta da Sudeco

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), prevista na Lei Complementar 129/09, será um marco decisivo para o crescimento econômico da região diante do novo ciclo por que passa o país.

O senador disse que a Sudeco, extinta em 1990, terá os desafios de reduzir a desigualdade e conciliar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental no Centro-Oeste, região onde "qualquer desequilíbrio poderia afetar diretamente as bacias hidrográficas do continente".

Rodrigo Rollemberg lembrou que a pesquisa agropecuária já identificou mais de 22 milhões de hectares de pastagens degradadas no Cerrado, que poderiam ser utilizadas para a ampliação das fronteiras agrícola e agroenergética, evitando o avanço sobre novos biomas brasileiros.



Cristovam: governo se fortalece e oposição está se diluindo

Cristovam aponta risco de partido único no país

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem que o Brasil corre o risco de se transformar em ditadura de partido único, devido a uma estratégia de cooptação do governo, com o enfraquecimento da oposição.

– De um lado, o governo está conseguindo juntar tantas forças; do outro lado, a oposição está se diluindo, mas não só do ponto de vista de suas contradições internas, até mesmo do desfazimento de partidos, mas porque perderam o vigor de propostas alternativas. Têm se limitado, esses partidos que seriam oposição, a serem apenas denunciadores e nem críticos eles conseguem ser mais, são denunciadores de coisas erradas do governo – observou.

Para ele, a situação gera uma falta de perspectiva crítica, em que os descontentes não encontram acolhida nos partidos existentes e acabam tendo que ir às ruas, como ocorreu recentemente no Egito e na Tunísia.

Líder do governo no Senado informou que projeto define nova política de *royalties* para estados, municípios e União. Ele também pediu que a Câmara vote projeto de sua autoria que regulamenta mineração em terras indígenas

Jucá anuncia proposta do governo para novo código de mineração

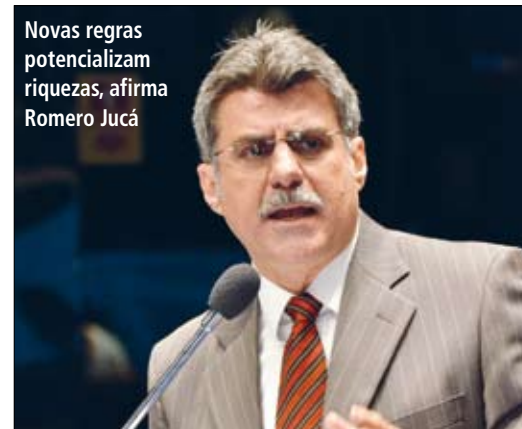
O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) informou ontem que a presidente da República, Dilma Rousseff, enviará ao Congresso Nacional nos próximos dias proposta de novo marco regulatório da mineração no Brasil. De acordo com ele, o novo código resultará em uma exploração mais estratégica, por ser mais moderno.

– É de fundamental importância avançar, definir nova política de *royalties*, definir questões estratégicas da política de minérios e o pagamento de *royalties* aos estados, municípios e ao próprio

governo federal. O novo código potencializará as riquezas minerais que temos no país – sintetizou o líder do governo.

O senador pediu que a Câmara vote projeto de lei de sua autoria que prevê a regulamentação da mineração em terras indígenas (PLS 121/95). O texto, aprovado por unanimidade no Senado, está na Câmara há 15 anos, onde foi votado pelas comissões temáticas.

O projeto estava em fase de discussão quando a comissão especial criada para analisá-lo foi encerrada no último dia da legislatura passada (31 de janeiro).



Novas regras potencializam riquezas, afirma Romero Jucá

Foto: de Waldemir Barreto/Senado Federal



Dornelles: "Proposta é uma relevante contribuição ao empreendedorismo"

Dornelles defende criação de empresa individual

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu ontem a aprovação do projeto (PLC 18/11) do deputado Márcio Montes (DEM-MG) que institui a empresa individual de responsabilidade limitada como opção de personalidades jurídicas no Código Civil. A matéria encontra-se em análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

Na avaliação de Francisco Dornelles, a proposta representa uma "relevante contribuição ao empreendedorismo do Brasil", ao incentivar a criação de empresas legais a partir de empreendedores individuais, limitando os riscos do empreendimento.

– O potencial de repercussão da proposta sobre o nível de

ocupação de renda e de formalização é enorme no país. O Brasil precisa facilitar não somente a constituição de empresas, mas também cuidar para que as formas legais sobre as quais elas são organizadas sirvam aos propósitos de empreendedores brasileiros e sejam instrumentos de geração de emprego e renda – declarou o senador.

Lindbergh garante combate à inflação com crescimento

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) avaliou o controle da alta da inflação, contestando críticas da oposição quanto à atuação do governo no combate à alta dos preços.

– O governo não vai vacilar no combate à inflação – garantiu Lindbergh, para quem o objetivo do governo é controlar a inflação sem comprometer o crescimento e a inclusão social.

O senador apresentou dados para tentar mostrar que a demanda por serviços tem pressionado a inflação mais que a alta internacional das *commodities* e destacou conquistas sociais do governo Lula para dizer que o crescimento e a inclusão social criaram uma nova conjuntura na economia.



Lindbergh: governo não vai vacilar

Alvaro alerta para reajustes de combustíveis

Alvaro Dias (PSDB-PR) demonstrou em discurso ontem preocupação com a alta da inflação, destacando manifestação em Cascavel (PR) contra o aumento do preço dos combustíveis.

– Estamos vivendo um momento de remarcação constante nas bombas de gasolina em todo o país – observou Alvaro Dias, ressaltando que o protesto foi civilizado e democrático.

O parlamentar afirmou que as medidas adotadas pelo governo não resolvem a questão dos gastos públicos, "apesar das promessas no sentido contrário". De acordo com Alvaro Dias, é preciso fazer uma reforma administrativa inteligente e profunda para racionalizar os gastos.

O senador paranaense disse que o "galope da inflação" não vem sendo contido e citou preços de diversos produtos e serviços como exemplo.

Gleisi confia nas ações tomadas pelo governo

Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu ontem as medidas tomadas pelo governo para combater a inflação. Ela respondeu às críticas feitas pelo senador Alvaro Dias, para quem a presidente Dilma Rousseff não está agindo adequadamente para conter a inflação ao adiar uma reforma administrativa, com contenção.

– Estamos tendo resultados concretos, seja pelo aumento do superávit primário, seja pela redução da dívida em relação ao PIB, seja pela projeção de inflação até o final deste ano e para o ano que vem, quando vamos convergir pela meta – afirmou Gleisi, para quem os brasileiros podem confiar na condução da política macroeconômica.



Gleisi: medidas são as adequadas



Senadora quer medidas contra inflação

Marisa: falta de prioridade para problemas graves

Marisa Serrano (PSDB-MS) acusou o governo federal de não dar a devida prioridade no enfrentamento de problemas graves da economia.

– A elevação dos juros, as altas inflacionárias e o aumento da carga tributária têm sido tratados de maneira esquivada, apenas como se fosse mais um jogo entre situação e oposição.

A senadora avaliou como inadmissível o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) ter considerado a escalada inflacionária como assunto "propagandístico".

– A inflação acumulada dos últimos 12 meses já chega a 6,3%, quase no limite máximo de tolerância estipulado pelo próprio governo, que é de 6,5%.

Aníbal apoia reforma a favor de mulheres

O senador Aníbal Diniz (PT-AC) manifestou ontem apoio à regra aprovada pela Comissão de Reforma Política do Senado que estabelece, a partir das próximas eleições, o voto em lista fechada com alternância de gêneros (um candidato de cada sexo de forma alternada), para garantir maior representação das mulheres no Poder Legislativo.

– Os sistemas proporcionais

com listas pré-ordenadas favorecem mais a representação das mulheres e de outros segmentos sub-representados, permitindo operar mecanismos de ação positiva – afirmou, lembrando que o voto em lista também fortalece os partidos e reduz o custo das eleições.

O senador citou números sobre a baixa representação feminina em cargos eletivos no Brasil – 13,6% no Senado e de

9,2% na Câmara dos Deputados. Nesse aspecto, mesmo na América Latina, só o Paraguai está abaixo do Brasil. Em todo o mundo, a média de participação das mulheres em parlamentos – "um bom indicador de abertura do sistema representativo para grupos sociais específicos", de acordo com o senador – atinge 22,7% nos sistemas proporcionais, caindo a 11,7% nos majoritários ou distritais.



Aníbal Diniz cita baixa representatividade no Congresso



Obra do conduto forçado Álvaro Chaves-Goethe, em Porto Alegre, começou em 2005 e terminou em 2008.

Valor dos restos a pagar totaliza mais de três PACs

Corte de recursos para pagamento de compromissos já assumidos foi amenizado depois de entendimentos com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior

O QUE DEVERIA ser apenas uma ponte de um ano para outro, na administração do Orçamento da União, virou uma bola de neve. Os chamados restos a pagar totalizaram R\$ 128,5 bilhões no final de 2010, correspondendo a pouco mais de três vezes o que o governo orçou para investir no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no atu-

al exercício, no montante de R\$ 40,8 bilhões.

Isso significa que o equilíbrio orçamentário não está sendo respeitado, segundo explicações do consultor de orçamento Fernando Veiga, responsável pela consulta pronta sobre os restos a pagar lançada pelo Siga Brasil (ver matéria e infográfico nesta página). Esse instrumento permite ao

governo adiar para exercícios seguintes pagamentos de compromissos já assumidos (empenhos). Só que o valor ficou tão elevado nos últimos anos, que o Executivo intensificou o bloqueio de recursos, por meio do contingenciamento, além de adotar medidas que inviabilizam, na prática, a execução de emendas parlamentares. Foi o que ocorreu em 31 de

Confira levantamento no Siga Brasil

Dados disponíveis para os internautas no site criado pelo Senado são detalhados por estados

dezembro de 2010, com o Decreto 7.418, que cancelava os restos a pagar não processados de despesas inscritas nos exercícios de 2007 a 2009, a partir de 30 de abril deste ano. Apenas as despesas do Ministério da Saúde e do PAC permaneceram válidas. Senadores e deputados se insurgiram contra a decisão, alegando as restrições impostas ao início de obras em ano eleitoral e as dificuldades de operacionalização por parte da Caixa Econômica Federal, responsável pela execução de convênios e contratos com

base em emendas parlamentares.

A pressão de prefeitos, governadores e congressistas surtiu efeito e o corte nos restos a pagar foi amenizado, após entendimentos com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, que participou de audiência na Comissão Mista de Orçamento na última terça-feira. O Decreto 7.468, publicado em 29 de abril, concedeu mais dois meses (até 30 de junho) para que gastos empenhados em 2009 possam ser iniciados pelos estados e municípios.

Consulta por meio do Siga Brasil oferece transparência aos dados

Qualquer pessoa interessada em conhecer os dados sobre os compromissos do governo federal contabilizados em restos a pagar pode ter acesso simplificado pelo Siga Brasil, sistema desenvolvido pelo Senado que, por ser bastante amigável, oferece transparência a informações de base de dados oficiais, como o Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

Para entrar nessa consulta pronta, basta selecionar no canto direito ao final da página do Senado (www.senado.gov.br) o campo "orçamento anual". Em seguida, selecione a aba "execução 2011". A consulta, intitulada LOA 2011 – Despesa Execução – Restos a Pagar, está

na 13ª linha a contar de baixo para cima. Selecione e encontrará cinco opções. A primeira delas mostra o conjunto das despesas inscritas em restos a pagar por unidade da Federação.

Os dados são detalhados por estado. O valor não regionalizado (aquele que o governo pode decidir onde alocar) está contabilizado na rubrica nacional.

A segunda opção permite acompanhar a execução dos restos a pagar a cada mês; a terceira visualiza por natureza de despesa (pessoal, investimentos, juros etc); a quarta, pelo chamado elemento de despesa, por exemplo, quanto se refere a sentenças judiciais; e a quinta, por programa-ação-localidade.

Despesa não paga fica para ano seguinte

Quando a despesa empenhada não é paga integralmente no mesmo exercício, o saldo é contabilizado na rubrica "restos a pagar". Ou seja, é como se o cidadão, ao administrar seu orçamento, deixasse para pagar no ano seguinte o que adquiriu em determinado período.

Os restos a pagar são classificados em dois tipos. Caso já tenha sido reconhecido o direito líquido e certo do credor, por este já ter fornecido o bem ou o serviço, a dívida é contabilizada como restos a pagar processados. Se os bens ou os serviços contratados ainda não foram entregues, a despesa será registrada como restos a pagar não processados.

Atraso ameaça a sobrevivência de pequenas e médias empresas

Uma pequena construtora de Pirapora (MG) refaz a pavimentação de uma via da cidade. O empresário João Rubens Santana recebeu até agora apenas R\$ 15,5 mil de um total de R\$ 308 mil. O restante foi inscrito em restos a pagar e continua bloqueado, apesar de a Caixa Econômica Federal ter feito a medição da obra. A Vianova Construtora, segundo Santana, está ameaçada de paralisar as atividades por falta de capital de giro e de demitir a maior parte de seus 60 funcionários.

O caso, que foi citado na Comissão Mista de Orçamento pelo relator da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), ilustra o que está acontecendo com pequenas e médias empresas que atuam em municípios menores, que dependem dos repasses voluntários da União para tocar obras e serviços. Muitos desses recursos foram assegurados por meio de emendas parlamenta-



Lula Lopes/Câmara dos Deputados

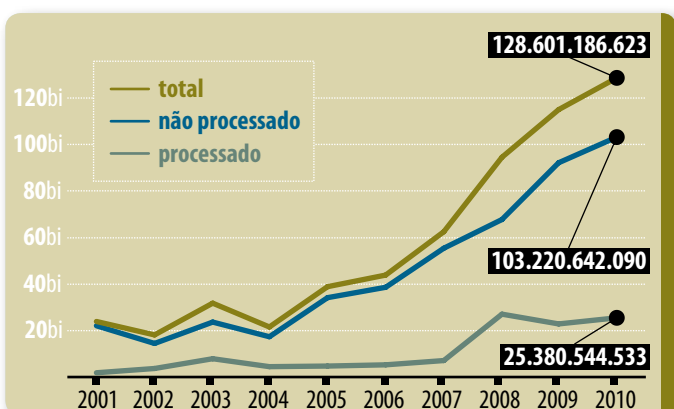
Deputado Márcio Reinaldo levou à CMO caso de pequena construtora

res ao Orçamento federal.

Fornecer para o governo pode significar ter de se submeter a grandes atrasos no recebimento. Levantamento do Siga Brasil permitiu identificar nos restos a pagar processados de 2011 pendências significativas com editoras que fornecem livros didáticos para escolas públicas do ensino fundamental.

Restos a pagar

Segundo consulta ao Siga Brasil, o valor total registrado na rubrica "restos a pagar" atingia R\$ 128 bilhões em 30 de abril de 2011



Fonte: Siga Brasil

Saiba mais

Consulta Siga Brasil
<http://migre.me/4q6sY>

Decreto 7.468/11
<http://migre.me/4q6kL>

Decreto 7.418/10
<http://migre.me/4q6oi>

Encarte Especial Jornal do Senado
<http://migre.me/4q6qD>

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL